



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2017, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 424 mil, deliberados na Ata da AGO de 17 de abril de 2017.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 21.283 mil, correspondente a R\$ 1.491,25 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 465.339 mil e Ativos Totais de R\$ 883.281 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	421.180	462.490	CIRCULANTE	412.170	425.793
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.316	4.750	OUTRAS OBRIGAÇÕES	412.170	425.793
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	373.118	329.767	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	8
Aplicações no Mercado Aberto	373.118	329.767	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	202	424
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	23.404	27.875
DERIVATIVOS (Nota 6a)	8.652	2.591	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	378.298	387.340
Carteira Própria	8.652	2.591	Diversas (Nota 15b)	10.265	10.146
Vinculados à Prestação de Garantias	-	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	-	34.299	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.772	6.391
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	34.475	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.772	6.391
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(176)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	1.359	746
OUTROS CRÉDITOS	32.376	88.469	Diversas (Nota 15b)	4.413	5.645
Rendas a Receber (Nota 9a)	16	16			
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	29.418	86.776	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	465.339	443.746
Diversos (Nota 9b)	4.062	1.809	Capital:		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(1.120)	(132)	- De Domiciliados no País (Notas 16a)	284.000	284.000
OUTROS VALORES E BENS	1.718	2.614	Reservas de Lucros (Nota 16c)	180.808	159.727
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.718	2.614	Ajustes de Avaliação Patrimonial	531	19
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	441.769	397.672			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	412.754	380.175	TOTAL	883.281	875.930
Carteira Própria	377.527	277.096			
Vinculados à Prestação de Garantias	35.227	103.079			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	10.496	-			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	10.544	-			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(48)	-			
OUTROS CRÉDITOS	18.519	17.497			
Diversos (Nota 9b)	18.519	17.497			
PERMANENTE	20.332	15.768			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.041	2.892			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	2.134	1.985			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.698	5.100			
Outras Imobilizações de Uso	17.409	16.800			
Depreciação Acumulada	(10.711)	(11.700)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	10.593	7.776			
Ativos Intangíveis	29.507	23.759			
Amortização Acumulada	(18.914)	(15.983)			
TOTAL	883.281	875.930			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro			2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2016			2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.786	82.976	104.507	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Operações de Crédito	3.857	9.165	9.075	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários				Contribuição Social	11.828	51.584	80.179
(Nota 6b)	30.929	73.811	95.432	Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda			
				e Contribuição Social	3.547	5.370	7.020
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	647	1.096	346	Resultado de Participação em Controlada	(65)	(150)	(125)
Operações de Captações no Mercado	-	-	137	Depreciações e Amortizações	2.667	5.231	4.645
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f) ..	647	1.096	209	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	647	1.096	209
				Despesas com Provisões Cíveis e Trabalhistas	298	(822)	2.291
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO				Ganho na Venda de Imobilizado	-	15	-
FINANCEIRA	34.139	81.880	104.161	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	15.375	56.954	87.199
				(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(370)	25.299	(18.399)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(22.512)	(30.485)	(24.032)	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros			
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	29.134	59.453	66.029	Valores e Bens	(4.471)	53.665	132.652
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(14.468)	(25.016)	(20.497)	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	59.559	(7.870)	(15.050)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(29.394)	(54.384)	(58.627)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.463)	(36.122)	(19.432)
Despesas Tributárias (Nota 20)	(3.816)	(8.368)	(9.713)	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	65.629	91.925	166.970
Resultado de Participação em Controlada (Nota 11a)	65	150	125				
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	1.755	4.857	2.190	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(5.788)	(7.177)	(3.539)	Aumento em Títulos Disponível para Venda	(18.270)	(37.925)	(45.903)
				Aquisição de Imobilizado de Uso	(531)	(4.017)	(587)
RESULTADO OPERACIONAL	11.627	51.395	80.129	Alienação de Imobilizado de Uso	-	104	-
				Aquisição de Intangível	(4.402)	(5.748)	(3.637)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	201	189	50	Dividendos Recebidos	-	1	1
				Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O				Investimentos	(23.203)	(47.585)	(50.126)
LUCRO	11.828	51.584	80.179				
				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				Dividendos Pagos	-	(424)	(80.316)
(Notas 24a e b)	(12.361)	(30.301)	(35.569)	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de			
Provisão para Imposto de Renda	(8.135)	(17.679)	(19.923)	Financiamentos	-	(424)	(80.316)
Provisão para Contribuição Social	(5.130)	(12.911)	(16.920)				
Ativo Fiscal Diferido	904	289	1.274	(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes			
				de Caixa	42.427	43.917	36.528
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)	(533)	21.283	44.610	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	336.007	334.517	297.989
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	378.434	378.434	334.517
Número de ações (Nota 16a)	14.271.890	14.271.890	14.271.890	(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes			
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$	(37,35)	1.491,25	3.125,72	de Caixa	42.427	43.917	36.528

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2017	284.000	7.542	173.794	227	-	465.563
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	304	-	304
Prejuízo	-	-	-	-	(533)	(533)
Destinações: - Reservas	-	(26)	(502)	-	528	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	5	5
Saldos em 31.12.2017	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339
Saldos em 31.12.2015	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304
Aumento de Capital com Subscrição (Nota 17b)	20.078	-	-	-	-	20.078
Aumento de Capital com Reservas (Nota 17b)	922	-	(922)	-	-	-
Dividendos Pagos (Nota 17c)	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	178	-	178
Lucro Líquido	-	-	-	-	44.610	44.610
Destinações: - Reservas	-	2.231	41.955	-	(44.186)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(424)	(424)
Saldos em 31.12.2016	284.000	6.451	153.276	19	-	443.746
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	512	-	512
Lucro Líquido	-	-	-	-	21.283	21.283
Destinações: - Reservas	-	1.065	20.016	-	(21.081)	-
- Dividendos Propostos (Nota 16d)	-	-	-	-	(202)	(202)
Saldos em 31.12.2017	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Confiança da construção fechou mês em queda

Medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Confiança da Construção (ICST) recuou 1,2 ponto em fevereiro, ao passar de 82,6, em janeiro, para 81,4 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice manteve a tendência ascendente.

- Após oito meses de altas consecutivas, o otimismo dos empresários arrefeceu. Houve um ajuste nas expectativas de curto prazo, mas, de modo geral, o empresariado ainda se mostra confiante com a situação corrente dos negócios. Apesar da queda na confiança, o resultado não deve ser visto como uma mudança definitiva do humor do empresário, mas sim um indicativo de que o caminho a ser perseguido não será fácil - destacou, Itaiguara Bezerra, Coordenador Sondagem da Construção do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV.

A queda deve-se ao menor otimismo em relação às perspectivas de curto prazo dos empresários: o Índice de Expectativas (IE-CST) caiu 3,2 pontos para 92,7 pontos, devolvendo a alta do mês passa-

do. O indicador que mais contribuiu para o resultado negativo desse mês foi o que mede o otimismo dos empresários com a situação dos negócios nos seis meses seguintes, que diminuiu 3,3 pontos na margem, para 94,9 pontos.

Apesar de uma acomodação das expectativas, a satisfação dos empresários sobre a situação atual se mantém relativamente estável. O Índice da Situação Atual (ISA-CST) aumentou 0,6 ponto, ao passar de 69,9, em janeiro, para 70,5 pontos, o maior nível desde julho de 2015 (71,7 pontos). Os dois quesitos que integram este subíndice avançaram, praticamente, com a mesma variação: o indicador que mede o grau de satisfação com a situação corrente dos negócios subiu 0,6 ponto, para 73,7 pontos; e o de percepção em relação à carteira de contratos, cresceu 0,7 ponto, para 67,5 pontos.

A melhora do ISA-CST foi puxada pelos segmentos de infraestrutura e de serviços especializados: 0,8 e 1,9 ponto,

respectivamente. Já o segmento de edificações, teve queda de 0,1 ponto.

- Mesmo com a tímida melhora da situação atual, o quadro ainda é de muita incerteza, principalmente política, o que reflete nas decisões de investimento, tanto do governo quanto do setor produtivo - disse Itaiguara.

O Nível de Utilização da Capacidade (Nuci) do setor diminuiu 0,7 ponto percentual (p.p.), atingindo 65,5%. Em relação aos Nuci's para mão de obra e de máquinas e equipamentos, seguem com queda na mesma magnitude.

A edição de fevereiro coletou informações de 679 empresas entre os dias 1º e 22 do mês; a próxima divulgação da sondagem acontece no dia 26 de março.

Mercado imobiliário

O início de recuperação econômica em 2017 se refletiu no mercado imobiliário brasileiro que fechou o ano passado com resultados positivos. Houve

uma redução do estoque de imóveis de 12,3%, em função de um aumento nas vendas de 9,4%, bem acima do crescimento de 5,2% nos lançamentos, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Essas são algumas das conclusões do estudo Indicadores Imobiliários Nacionais, iniciativa da CBIC em correalização com o Senai Nacional - os dados apresentados hoje consolidam o desempenho do mercado imobiliário brasileiro em 2017.

- Pre vemos que 2018 será um bom ano. 2017 mostrou que o setor começou a se recuperar. Podemos dizer que foi o ano da virada, já que 2015 e 16 foram os piores anos nos últimos 15 anos. Estamos otimistas em relação a 2018, apesar de sabermos que o país ainda não resolveu problemas estruturais, como a reforma da Previdência. Mas mesmo assim, acreditamos num crescimento em torno de 10% - diz José Carlos Martins, presidente da CBIC.

Segundo ele, existem outros problemas estruturais que im-

pedem maior avanço desse setor, como a insegurança jurídica, o distrato e fontes de recursos para o financiamento do setor.

No acumulado, as vendas superaram os lançamentos em 11.878, número que representa 12,6% do total das unidades vendidas. Desde o primeiro trimestre de 2016, segundo o balanço de 2017, apresenta o menor número absoluto de unidades à venda: apenas 135.051 em todas as 23 regiões comparadas. De acordo com o estudo apresentado, foram lançadas 82.343 unidades em 2017 contra 78.286 em 2016 e foram vendidas 94.221 unidades contra 86.140 em relação ao ano anterior.

O Sudeste continua sendo a principal responsável por alavancar os resultados positivos, especialmente a cidade de São Paulo. Destaque também para o aumento substancial de 356% na Região Metropolitana de Curitiba nos lançamentos imobiliários e 160% nas vendas na Região Metropolitana de Maceió.

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC e responsável pelo estudo, diz que o resultado de 2017 reflete a grande demanda que a Região Sudeste tem por imóveis. Ele afirma que cada região tem sua especificidade e que a cidade São Paulo é responsável por alavancar os números do Brasil.

- O Rio de Janeiro poderia ajudar a puxar ainda mais, mas a situação atual em que a cidade se encontra, numa condição desagregadora, fica complicado apresentar resultados favoráveis. Daí o Sudeste não apresentar um cenário melhor. Nós temos fatores econômicos e cenários que apontam que a economia deste ano já é dada como melhor do que no ano passado. Temos expectativa de queda de taxa de desemprego, queda da taxa Selic e previsão de crescimento do PIB de 2,89%. O país vai crescer mais, empregar mais, desempregar menos e manter a inflação estável. Isso vai ser muito bom para a indústria da construção - diz Petrucci.

Demanda por investimento da MPE abre o ano em alta e atinge 41,4 pontos

Dados apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) revelam que o Indicador de Demanda por Investimento avançou 11,9 pontos em 12 meses, passando de 29,5 pontos em janeiro de 2017 para 41,4 pontos em janeiro de 2018. Em dezembro do ano passado, o indicador se encontrava em 35,1 pontos. Com essa alta, o índice atinge a maior marca da série histórica, que teve início em janeiro de 2015. Apesar do crescimento, o resultado ainda é considerado modesto. Quanto mais próximo de 100, maior o apetite para promover investimentos nos próximos três meses; quanto mais distante, menor é o apetite.

Para o presidente da CNDL, José Cesar da Costa, a sondagem indica que ainda não há intenção significativa de investimento por parte dos empresários de micro e pequenos negócios, mas que a retomada lenta e gradual da economia já tem refletido em uma melhora desses números.

- A partir do momento em que observarmos maiores quedas reais dos juros e um ambiente econômico mais estável, haverá certamente um

estímulo maior para investimentos nas empresas. Infelizmente, o ritmo de melhora da confiança ainda é lento, mas esse é mais um dos sinais que mostram que os setores do comércio e serviços vislumbram um ano com vendas melhores e movimento mais aquecido - diz.

Em termos percentuais, pouco mais de 1/3 (35%) dos micro e pequenos empresários manifestaram a intenção de promover investimentos em suas empresas no horizonte de 90 dias. Em dezembro do ano passado, esse percentual era menor e estava em apenas 29% da amostra. Já a quantidade de empresários que não pretende investir diminuiu em três pontos percentuais, passando de 53%, em dezembro do ano passado, para 50% em janeiro de 2018.

Entre os pequenos empresários que pretendem investir nos próximos três meses, os investimentos prioritários serão compra de equipamentos e maquinário (27%), reforma da empresa (24%), ampliação de estoque (20%), qualificação da mão de obra (12%) e investimentos em comunicação e propaganda (11%). Para mais da metade (55%) dos que vão investir, a maior

motivação é aumentar o volume de vendas.

A principal fonte de recursos para o investimento é o capital próprio, seja por meio de recursos guardados em forma de aplicação (48%) ou venda de algum bem (12%). Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, a opção pelo capital próprio deve-se ao fato de os juros bancários serem muito altos e do conhecimento escasso acerca das modalidades de crédito disponíveis.

- Apesar de a Selic, que é o juro básico da economia, estar em um piso histórico, os juros continuam altos para consumo e para os empresários, não vem acompanhando mesmo o ritmo de recuo. Por isso que muitos pequenos empresários ainda não se sentem confortáveis para recorrer ao mercado de crédito para na realização de investimentos e acabam tendo de apelar a recursos que eles próprios já possuem guardados - explica a economista.

De acordo com a sondagem, ao serem questionados sobre o motivo de utilizar capital próprio para investir no negócio, a maioria desses empresários apontou que os juros bancários são muito altos (59%). Outros 12% apon-

taram o medo de não conseguir pagar o crédito tomado.

O indicador ainda mostra que entre os micro e pequenos empresários que não manifestaram a intenção de investir, 34% não veem necessidade em fazer melhorias em seus negócios. O mesmo percentual cita a percepção de que o país não saiu da crise. Além desses, 18% estão aguardando os resultados de algum investimento realizado recentemente.

Outro dado apurado é a intenção de tomada de crédito. Nesse caso, os números também mostram uma melhora. No último mês de janeiro, o Indicador de Demanda por Crédito da Micro e Pequena Empresa cresceu 8,7 pontos em 12 meses, passando dos 12,9 pontos na escala observados em janeiro do ano passado para 21,6 pontos em janeiro de 2018. Em dezembro último, o índice estava em 17,9 pontos. Mesmo com o crescimento, o resultado também é tímido, uma vez que a escala do indicador varia de zero a 100, sendo que quanto mais elevado, mais propenso o empresário está a tomar recursos emprestados de terceiros.

Em termos percentuais, apenas 14% dos micro e pe-

quenos empresários dos ramos do comércio e serviços manifestaram a intenção tomar recursos emprestados de terceiros nos próximos três meses. Embora tímido, esse número já foi menor. Em novembro de 2017, eram apenas 7% da amostra e, em dezembro do ano passado, somente 11%. Os que não pretendem tomar crédito somam 76% dos pequenos empresários consultados. Entre os que manifestam a intenção de contratar crédito, as principais finalidades são formar capital de giro (48%), ampliação do negócio (18%) e pagamento de dívidas (17%).

A modalidade de crédito mais procurada pelos micro e pequenos empresários deve ser o empréstimo, mencionado por três em cada dez (31%) entrevistados. Em seguida surgem os financiamentos (29%) e o cartão de crédito empresarial (15%).

A maior parte dos micro e pequenos empresários (33%) diz considerar a contratação de crédito algo difícil. Mas há também fatia semelhante que considera fácil (30%). Excesso de burocracia (55%) e juros altos (50%) são os principais motivos entre os que veem dificuldades para tomar recur-

sos financeiros emprestados. A contratação de empréstimo em instituições financeiras é o tipo de crédito mais difícil de ser contratado (27%) na opinião dos entrevistados, seguido dos financiamentos em instituições financeiras (23%) e do crédito junto a fornecedores (14%). Para quem acha a contratação algo descomplicado, o bom relacionamento com o banco é a razão mais lembrada (47%). Entre os que rejeitam contratar crédito, a principal razão apontada é o fato de conseguir manter o negócio com recursos próprios (56%) e as altas taxas de juros (33%).

Os Indicadores de Demanda por Crédito e de Propensão para investimentos do Micro e Pequeno Empresário (IDCI-MPE) calculados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) levam em consideração 800 empreendimentos com até 49 funcionários, nas 27 unidades da federação, incluindo capitais e interior. As micro e pequenas empresas representam 39% e 35% do universo de empresas brasileiras nos segmentos de comércio e serviços, respectivamente.



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2017, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 424 mil, deliberados na Ata da AGO de 17 de abril de 2017.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 21.283 mil, correspondente a R\$ 1.491,25 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 465.339 mil e Ativos Totais de R\$ 883.281 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	421.180	462.490	CIRCULANTE	412.170	425.793
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.316	4.750	OUTRAS OBRIGAÇÕES	412.170	425.793
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	373.118	329.767	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	8
Aplicações no Mercado Aberto	373.118	329.767	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	202	424
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	23.404	27.875
DERIVATIVOS (Nota 6a)	8.652	2.591	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	378.298	387.340
Carteira Própria	8.652	2.591	Diversas (Nota 15b)	10.265	10.146
Vinculados à Prestação de Garantias	-	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	-	34.299	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.772	6.391
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	34.475	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.772	6.391
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(176)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	1.359	746
OUTROS CRÉDITOS	32.376	88.469	Diversas (Nota 15b)	4.413	5.645
Rendas a Receber (Nota 9a)	16	16			
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	29.418	86.776			
Diversos (Nota 9b)	4.062	1.809			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(1.120)	(132)			
OUTROS VALORES E BENS	1.718	2.614	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	465.339	443.746
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.718	2.614	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	441.769	397.672	- De Domiciliados no País (Notas 16a)	284.000	284.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Reservas de Lucros (Nota 16c)	180.808	159.727
DERIVATIVOS (Nota 6a)	412.754	380.175	Ajustes de Avaliação Patrimonial	531	19
Carteira Própria	377.527	277.096			
Vinculados à Prestação de Garantias	35.227	103.079			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	10.496	-			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	10.544	-			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(48)	-			
OUTROS CRÉDITOS	18.519	17.497			
Diversos (Nota 9b)	18.519	17.497			
PERMANENTE	20.332	15.768			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.041	2.892			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	2.134	1.985			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.698	5.100			
Outras Imobilizações de Uso	17.409	16.800			
Depreciação Acumulada	(10.711)	(11.700)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	10.593	7.776			
Ativos Intangíveis	29.507	23.759			
Amortização Acumulada	(18.914)	(15.983)			
TOTAL	883.281	875.930	TOTAL	883.281	875.930

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em	
		31 de dezembro	
	2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.786	82.976	104.507
Operações de Crédito	3.857	9.165	9.075
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	30.929	73.811	95.432
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	647	1.096	346
Operações de Captações no Mercado.....	-	-	137
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f).....	647	1.096	209
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	34.139	81.880	104.161
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(22.512)	(30.485)	(24.032)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17).....	29.134	59.453	66.029
Despesas de Pessoal (Nota 18).....	(14.468)	(25.016)	(20.497)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19).....	(29.394)	(54.384)	(58.627)
Despesas Tributárias (Nota 20).....	(3.816)	(8.368)	(9.713)
Resultado de Participação em Controlada (Nota 11a)	65	150	125
Outras Receitas Operacionais (Nota 21).....	1.755	4.857	2.190
Outras Despesas Operacionais (Nota 22).....	(5.788)	(7.177)	(3.539)
RESULTADO OPERACIONAL	11.627	51.395	80.129
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	201	189	50
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.828	51.584	80.179
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 24a e b)	(12.361)	(30.301)	(35.569)
Provisão para Imposto de Renda.....	(8.135)	(17.679)	(19.923)
Provisão para Contribuição Social	(5.130)	(12.911)	(16.920)
Ativo Fiscal Diferido.....	904	289	1.274
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)	(533)	21.283	44.610
Número de ações (Nota 16a).....	14.271.890	14.271.890	14.271.890
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$	(37,35)	1.491,25	3.125,72

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2017	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	11.828	51.584	80.179
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3.547	5.370	7.020
Resultado de Participação em Controlada.....	(65)	(150)	(125)
Depreciações e Amortizações.....	2.667	5.231	4.645
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	647	1.096	209
Despesas com Provisões Cíveis e Trabalhistas.....	298	(822)	2.291
Ganho na Venda de Imobilizado.....	-	15	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos.....	15.375	56.954	87.199
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	(370)	25.299	(18.399)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(4.471)	53.665	132.652
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	59.559	(7.870)	(15.050)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(4.463)	(36.122)	(19.432)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	65.629	91.925	166.970
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento em Títulos Disponível para Venda.....	(18.270)	(37.925)	(45.903)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(531)	(4.017)	(587)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	104	-
Aquisição de Intangível.....	(4.402)	(5.748)	(3.637)
Dividendos Recebidos.....	-	1	1
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	(23.203)	(47.585)	(50.126)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	(424)	(80.316)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	-	(424)	(80.316)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	42.427	43.917	36.528
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	336.007	334.517	297.989
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	378.434	378.434	334.517
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	42.427	43.917	36.528

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Demonstração do Resultado do Exercício - em Real (R\$)						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuizos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2017.....	284.000	7.542	173.794	227	-	465.563
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	304	-	304
Prejuízo	-	-	-	-	(533)	(533)
Destinações: - Reservas	-	(26)	(502)	-	528	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	5	5
Saldos em 31.12.2017.....	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339
Saldos em 31.12.2015.....	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304
Aumento de Capital com Subscrição (Nota 17b)	20.078	-	-	-	-	20.078
Aumento de Capital com Reservas (Nota 17b).....	922	-	(922)	-	-	-
Dividendos Pagos (Nota 17c).....	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	178	-	178
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	44.610	44.610
Destinações: - Reservas	-	2.231	41.955	-	(44.186)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(424)	(424)
Saldos em 31.12.2016.....	284.000	6.451	153.276	19	-	443.746
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	512	-	512
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	21.283	21.283
Destinações: - Reservas	-	1.065	20.016	-	(21.081)	-
- Dividendos Propostos (Nota 16d).....	-	-	-	-	(202)	(202)
Saldos em 31.12.2017.....	284.000	7.516	173.292	531	-	465.339

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

- continua... -

...continuação



ÁGORA
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP), inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 07 de outubro de 2016, foi firmado contrato de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Ágora CTVM, que adquiriu parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acerto líquido abaixo mencionado:

	Acervo líquido - R\$ mil
Ativos	
Disponibilidades	48.736
Passivos	
Negociação e intermediação de valores	48.736
Contas de compensação	
Custódia de valores	3.629
Depositários em valores em custódia	1.717
Valores em garantia	1.912
Negociação e intermediação de valores	25.970.185
Contratos mercado futuro não ligadas	25.919.021
Depósito de margem de clientes	51.164

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Ágora CTVM, evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na B3, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
- Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

h) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA"(risco mínimo) e "H"(risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

m) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	5.316	4.750
Total de disponibilidades (caixa)	5.316	4.750
Aplicações no mercado aberto (1)	373.118	329.767
Total de caixa e equivalentes de caixa	378.434	334.517

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 90 dias	Total	
		2017	2016
Aplicação no mercado aberto:			
Posição bancada	373.118	373.118	329.767
Letras do tesouro nacional	373.118	373.118	329.767
Total em 2017	373.118	373.118	
Total em 2016	329.767		329.767

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	36.497	48.925
Total (Nota 6b)	36.497	48.925

continua...

...continuação



ÁGORA

Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	51.584	80.179
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(23.213)	(36.081)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controlada.....	68	56
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.819)	(589)
Outros valores (2).....	(5.337)	1.045
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(30.301)	(35.569)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui basicamente o valor de IRPJ e CSLL registrados em 2017 em função da adesão ao PERT e deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(30.590)	(36.843)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	289	1.274
Total dos impostos diferidos.....	289	1.274
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(30.301)	(35.569)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2016	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	964	1.036	663	1.337
Provisões cíveis.....	2.288	74	848	1.514
Provisões trabalhistas	-	283	-	283
Provisão para participação nos lucros/gratificações.....	2.608	1.203	1.034	2.777
Outros.....	95	423	185	333
Total dos créditos tributários (Nota 9b) (1).....	5.955	3.019	2.730	6.244
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	746	613	-	1.359
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	5.209	2.406	2.730	4.885

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3i). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	970	593	1.563
2019.....	1.294	787	2.081
2020.....	1.294	787	2.081
2021.....	324	195	519
Total.....	3.882	2.362	6.244

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.979 mil (2016 - R\$ 5.650 mil).

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.359 mil (2016 - R\$ 746 mil) rela-

tivas a: ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 354 mil (2016 - R\$ 13 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 1.005 mil (2016 - R\$ 733 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG

Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Id: 2088342

Acesse:

www.io.rj.gov.br